

EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS DAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA DO BRASIL ¹

DISCLOSURE OF ENVIRONMENTAL INFORMATION BY COMPANIES IN THE ELECTRIC POWER SECTOR OF BRAZIL

Francineide Eleotério Pereira

Especialista em Gestão Tributária pela FURNE/UNIPÊ

francineide@gmail.com

Janayna Rodrigues de Moraes Luz

Mestra em Ciências Contábeis pela UnB

Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

janarodrigluz@ig.com.br

José Ribamar Marques de Carvalho ²

Doutor em Recursos Naturais pela UFCG

Professor do Mestrado Profissional em Administração Pública da UFCG

profribamar@gmail.com

RESUMO

Nos últimos anos, a questão ambiental ganhou espaço no meio empresarial e tem proporcionado uma maior divulgação das externalidades ecológicas. Nesse sentido, o presente estudo objetiva identificar o nível de evidenciação ambiental nas demonstrações contábeis das empresas do setor de energia elétrica do Brasil, no ano de 2012. Para tanto, foram selecionadas as empresas brasileiras do setor de energia elétrica classificadas como 100 maiores empresas do Brasil de acordo com a Revista Exame. Desse contingente foram encontradas um total de 13 organizações, destas apenas 8 tiveram suas demonstrações divulgadas no site da BM&FBovespa. Assim, foi realizada uma análise das Notas Explicativas e Relatórios da Administração, levando em consideração a NBC-T 15, para identificar o nível de evidenciação ambiental destas empresas, por meio de um critério de classificação que variou entre ótimo, bom, regular e ruim. O *software check list Word* foi utilizado para realizar a análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que as divulgações das informações de natureza ambiental não são identificadas nesses relatórios. As empresas com o nível mais satisfatório (regular), com 36,36% de evidenciação, foram Petrobrás, AES Eletropaulo, Cemig Distribuição e Copel, e as empresas com nível de evidenciação ruim, com 0% de evidenciação, foram Eletrobrás e Ligth Distribuição, denotando que neste segmento empresarial o nível de evidenciação ambiental ainda é frágil e necessita de regulamentação para maior transparência.

Palavras-chave: Evidenciação Ambiental. Setor de Energia Elétrica. Análise de Conteúdo.

¹ Recebido em 28/02/2015. Revisado por pares em 01/04/2015. 2ª versão recebida em 18/08/2015. Recomendado a publicação em 24/08/2015 por Orleans Silva Martins (Editor Geral). Publicado em 31/08/2015. Organização responsável: UFPB.

² Endereço: Av. Sifronio Nazaré, S/N, Centro, UACC/UFCG, CEP: 58.800-000, Sousa/PB.

DOI: <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20150204>

ABSTRACT

In recent years, the environmental issue has gained ground in the business world and has provided a wider dissemination of environmental externalities. In this sense, this study aims to identify the level of environmental disclosure in the financial statements of companies in the electricity sector in Brazil, in 2012. To this end, the Brazilian companies in the electricity sector classified as 100 largest companies in Brazil according to Exame magazine selected. This contingent found a total of 13 organizations, these only 8 have their statements published on the BM&FBovespa site. Thus, we performed an analysis of the Notes and Management Reports, taking into account the NBC-T 15, to identify the level of environmental disclosure of these companies, through a classification criteria ranging from good, good, fair and poor. Word checklist software was used to perform content analysis. The results show that the disclosure of environmental information are not identified in these reports. Companies with the most satisfactory level (regular), with 36.36% of disclosure, were Petrobras, AES Eletropaulo, Cemig and Copel, and firms with poor disclosure level, with 0% disclosure were Eletrobrás and Ligth Distribution, denoting that this business segment the level of environmental disclosure is still fragile and needs regulations for greater transparency.

Keywords: Environmental Disclosure. Electric Power Industry. Content Analysis.

1 INTRODUÇÃO

A problemática atual que permeia o meio ambiente tem assumido proporções preocupantes com o passar do tempo, fruto principalmente de um sistema que colocar em seu ensejo o direcionamento para os aspectos econômicos, deixando de lado os impactos ocasionados pela ação antropocêntrica existente na relação sociedade-natureza. Todo esse cenário vem proporcionando à adesão de empresas em divulgar suas externalidades ecológicas que causam impacto no meio ambiente. De acordo com Dawkins e Fraas (2011), as empresas com desempenho ambiental favorável é mais provável existir a divulgação ambiental voluntária, enquanto que empresas com *performance* ambiental ruim são mais propensas a não divulgar esse tipo de informação.

Segundo Donaire (2008) é extremamente difícil, atualmente, diante da magnitude dos problemas que afligem a o mundo, do ímpeto da dinâmica econômica e da política internacional, vencer os que se encontram no poder de que o meio ambiente é prioritário. Muito tem sido feito, desde leis que obrigam as empresas a divulgarem seus investimentos na preservação do meio ambiente, até a cobrança diária dos meios de comunicação, que vivem divulgando as ações de empresas que descumprem as leis ambientais, e com isso a cobrança incansável da sociedade que cada dia mais exige as atitudes corretas dessas empresas.

Como se observa, a divulgação de informações de natureza ambiental se encontra ainda numa fase de inicial quando se compara com as informações de natureza financeira. De acordo com Eugénio (2010), a divulgação e relato de informação ambiental pelas empresas continuam a ser para muitos um tema recente, no entanto têm-se registado avanços significativos. Observa-se, nesse contexto, que a questão chave para essa problemática talvez esteja relacionada ao fato de que entender a questão ambiental dentro do contexto das atividades de qualquer empreendimento pode tornar-se uma estratégia empresarial capaz de trazer benefícios ambientais, econômicos e sociais para todas as partes interessadas. Sendo assim, a divulgação das informações ambientais relacionadas às atividades empresariais não deveriam funcionar apenas como um “*marketing verde*”, mas sim como uma forma de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade ambiental da entidade, proporcionando assim maior transparência de suas atividades.

A implementação de uma Contabilidade Ambiental como complemento da Contabilidade Financeira é um assunto estudado e desenvolvido já desde meados do século passado. Mas o tema específico da divulgação de informação ambiental só aparece com características próprias de inves-

tigação, desenvolvimento e implementação desde meados dos anos 80 (EUGÉNIO, 2010). Esse assunto está crescendo em importância devido ao aumento da demanda por informações sobre o desempenho ambiental e a perspectiva de que essa informação pode contribuir para maximizar o desempenho financeiro (AL-TUWAIJRI *et al.* 2004).

Existem grandes variações na divulgação ambiental e pontos de vista diferentes sobre por que as empresas fornecem divulgam voluntariamente informações ambientais. A divulgação voluntária inclui informação que não é exigida por lei ou código de boas práticas (por exemplo, relatórios anuais) e é útil para a tomada de decisão das partes interessadas. Basicamente, existem duas explicações lineares para divulgação voluntária que são denominadas de teoria da legitimidade e teoria da divulgação voluntária (DAWKINS; FRAAS, 2011).

Expostos tais entendimentos, e considerando a importância da temática emerge o seguinte questionamento: qual é o nível de evidenciação das informações ambientais relatadas nas demonstrações contábeis de empresas do setor de energia elétrica do Brasil no ano de 2012? Para tanto, objetiva identificar o nível de evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis de empresas do setor de energia elétrica no Brasil no ano de 2012. Além da introdução, constam, ainda, neste trabalho, os seguintes tópicos: fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, apresentação e análise dos resultados, considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Divulgação de Informações Ambientais

As organizações adotam uma série de estratégias específicas de gestão para tentar manter ou melhorar a sua imagem (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010). Usam certas características de linguagem para tentar moldar positivamente a percepção dos *stakeholders* da empresa (SYDSERFF; WEETMAN, 2002). Ou seja, decidir de forma estratégica e consciente a divulgação de narrativas para manipular as percepções e decisões dos *stakeholders*.

A adaptação das empresas em relação às práticas ambientais exigidas pelos diferentes grupos sociais, como fornecedores, clientes, parceiros empresariais e sociedade, tem acarretado reflexos na gestão e também no modo como informam sua interação com o meio ambiente. Nesse sentido, percebe-se que tem se tornado constante a busca por maior *disclosure*, *accountability* e boas práticas de governança corporativa por parte das empresas, no que se refere às informações de caráter ambiental (ROVER *et al.* 2012).

A teoria da divulgação é uma linha de pesquisa que objetiva explicar o fenômeno da divulgação de informações financeiras (SOARES; GARCIA, 2013). É uma abordagem baseada em estratégia que prevê uma associação positiva entre o desempenho ambiental e o nível de divulgação ambiental voluntária (DYE, 2001; DAWKINS, FRAAS, 2011). Na teoria da divulgação voluntária (VERRECCHIA, 2001; DYE, 2001), empresas com desempenho ambiental superior estão mais propensas a divulgar essas informações, já empresas com registros ambientais inferiores tendem a divulgar menos na tentativa de evitar a exposição negativa. Por outro lado, a abordagem da teoria de legitimidade postula que a divulgação voluntária é uma função da pressão por agentes institucionais e privados. Porque a divulgação é essencialmente uma reação a essa pressão. As empresas com registros menos favoráveis de desempenho ambiental usam a divulgação para explicar sua *performance* (DYE, 2001; DAWKINS e FRAAS, 2011).

A teoria da divulgação vem sendo construída por meio de pesquisas que investigam diversos tipos de divulgação, se são voluntárias ou obrigatórias e que tipos de usuários são afetados por elas, entre outros (FARIAS, FARIAS, 2009). Entende-se existir vários motivos que levam às empresas a divulgarem informações de natureza ambiental podendo ser na maioria das vezes conflitantes e de interesses diversos. Gray e Bebbington (2001) e Eugénio (2010) elencam alguns motivos, dentre eles: a) cumprir os requisitos legais; b) considerações de racionalidade econômica; c) convicção de que

existem informações e responsabilidades a divulgar (os leitores têm o direito inalienável de informação, o qual deve ser satisfeito); d) intenção de responder às expectativas da comunidade (condescendência com a autorização da comunidade para desenvolver a sua atividade); e) ameaças à legitimidade da organização; f) gerir grupos (poderosos) de *stakeholders*; g) atrair fundos de investimento; h) cumprimento de exigências de natureza industrial ou de códigos de conduta específicos; i) tentativa de evitar iniciativas que possam introduzir regulamentos de divulgação ainda mais onerosos; j) objetivo de ganhar prêmios específicos de relato de natureza social, ambiental ou sustentabilidade.

Esses motivos podem surgir de forma simultânea nas organizações, estando alguns inter-relacionados. Um fator considerado por muitos acadêmicos, como principal motivação para divulgar essas informações é o desejo de legitimar a atividade das respectivas organizações (EUGÊNIO, 2010). Há uma série de discussões no âmbito internacional acerca da existência de correlação entre a divulgação ambiental e desempenho ambiental (INGRAM; FRAZIER, 1980; FREEDMAN; WASLEY, 1990). Porém, existem controvérsias (LI; RICHARDSON; THORNTON, 1997; CLARKSON *et al.*, 2008).

Uma questão não resolvida na pesquisa em Contabilidade Ambiental é a associação empírica entre o nível (ou seja, a quantidade) das divulgações ambientais da empresa e seu desempenho ambiental (CLARKSON *et al.*, 2008). Os órgãos reguladores são cada vez mais conscientes das deficiências existentes na divulgação de informações ambientais corporativas (CHAN-FISHEL, 2002). Clarkson *et al.* (2008) defendem que os estudos sobre a relação entre o desempenho ambiental da empresa e divulgação ambiental nos relatórios financeiros têm sido mistos. Todo esse cenário demonstra que os estudos existentes, nacionais e internacionais, sinalizam que ainda há muito a ser pesquisado e discutido, denotando a importância de buscar identificar níveis de divulgação capazes de demonstrar se as organizações tem focado suas ações no *disclosure* ambiental.

2.1 Alguns Estudos Relacionados à Evidenciação Ambiental

Na Tabela 1 são apresentados os trabalhos encontrados sobre Evidenciação Ambiental nos últimos 5 (cinco) anos 2008 a 2012, nos congressos ANPCONT (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis), Congressos USP (Universidade de São Paulo) e ENANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração). Os resultados encontrados apontam 26 artigos que tratam sobre evidenciação ambiental. O ano que mais houve publicação sobre o assunto foi 2011 com 8 trabalhos, já em 2012 só foram publicados 2 trabalhos.

Tabela 1 – Quantidade de trabalhos divulgados sobre Evidenciação Ambiental.

EVENTO	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
USP	2	2	2	3	0	9
ANPCONT	1	0	2	3	2	8
ENANPAD	1	5	1	2	Não investigado	9
TOTAL	4	7	5	8	2	26

Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2013). Nota: ver apêndice.

Pela ótica dos eventos, os que tiveram mais trabalhos publicados abordando o tema Evidenciação Ambientais foram os Congressos da USP e ENANPAD. Os anos de destaque sobre produção foi 2009 e 2011 com 7 e 8 artigos respectivamente, destacando em volume de produção sobre os demais anos analisados. Como se percebe, no cenário nacional ainda é incipiente a literatura existente (ROVER *et al.* 2008), em especial nos eventos elencados. No cenário internacional, pode-se dizer que essa área (*Social and Environmental Accounting Research – SEAR*) se encontra cientificamente mais desenvolvida (ROVER *et al.* 2008). Os periódicos *Accounting, Organizations and Society* e *Journal*

of *Business Ethics* publicaram alguns estudos sobre o tema. O Quadro 1 ilustra algumas destas pesquisas.

Quadro 1 – Estudos realizados no âmbito internacional.

Autor (es), Ano e Periódico	Pesquisa
Clarkson, Li, Richardson e Vasvari (2008). <i>Accounting, Organizations and Societ.</i>	Utilizaram a análise de conteúdo com base nas diretrizes da <i>Global Reporting Initiative</i> a partir dos relatórios de sustentabilidade usando uma amostra de 191 empresas nos Estados Unidos. Os autores encontraram uma associação positiva entre o desempenho ambiental e o nível de divulgação ambiental.
Villiers e Staden (2006). <i>Accounting, Organizations and Societ.</i>	Analisaram a evidência ambiental, a partir do enfoque da Teoria da Legitimação, em uma amostra de 140 empresas Sul-Africanas durante um período de nove anos. Os autores concluíram que houve um aumento no volume de informações evidenciadas no período de 1994 a 1999, mas também uma redução do período de 2000 a 2002.
Cho, Roberts e Patten (2010). <i>Accounting, Organizations and Societ.</i>	Investigaram, junto a uma amostra de 190 empresas, se existe linguagem tendenciosa nas divulgações ambientais das corporações que divulgaram informações na <i>US Securities and Exchange Commission</i> (SEC). Os resultados encontrados apontam que empresas com piores desempenhos ambientais tendem a divulgar linguagem tendenciosa a divulgar menos na tentativa de evitar a exposição negativa.
Xu, Zeng e Tam (2011). <i>Journal of Business Ethics.</i>	Demonstram que os eventos ambientais negativos de empresas chinesas listadas na bolsa de valores atualmente tem fraco impacto sobre o mercado de ações.
Zen, Xu, Yin e Tam (2011). <i>Journal of Business Ethics.</i>	Examinaram o impacto de vários fatores sobre a decisão empresarial na divulgação de informação ambiental a partir de dados coletados de empresas de manufatura cotadas entre 2006-2008 na China. Os autores concluíram a variável imagem organizacional e reputação impacta significativamente na divulgação de informação ambiental.

Fonte: Respectivas revistas (2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se classifica, segundo os meios para atingir o objetivo, como uma pesquisa descritiva, qualitativa e documental. Para Silva (2006) o trabalho descritivo apresenta as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada em uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (RICHARDSON, 2010). A análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados (RICHARDSON, 2010 p. 230). Portanto, o estudo descreve como as empresas do setor de energia elétrica divulgam seus investimentos sobre meio ambiente, em conformidade as Notas Explicativas e o Relatório da Administração.

O setor de energia elétrica foi escolhido por se configurar como um segmento empresarial regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que exige maior nível de divulgação de informações em seus relatórios financeiros e supostamente apresenta maior nível de transparência de suas atividades. Neste sentido, a amostra do estudo foi composta pelas empresas do segmento de energia elétrica que estão enquadradas entre as 100 maiores empresas brasileiras no ano de 2012, tomando como base o faturamento (Receita Líquida), conforme critério definido pela Revista Exame, como exposto na Tabela 2.

Do total de 100 empresas brasileiras, 13 são do segmento de energia elétrica, todavia, apenas 8 companhias estavam listadas na BM&FBovespa, o que foi a condição para acessibilidade dos relatórios divulgados referentes ao período de 2012. Dessa forma, foram identificadas as seguintes organizações: Petrobrás, Eletropaulo, Cemig Distribuição, Furnas da Eletrobrás, CPFL Paulista, Copel, Coelba e Light Distribuição. A partir da coleta das Notas Explicativas e Relatórios da Administração foram realizadas as análises dos achados da pesquisa.

Tabela 2 – Maiores empresas do Brasil no Setor de Energia Elétrica.

Ranking (Receita líquida)	Empresas
1	Petrobrás
2	AES Eletropaulo
3	Cemig Distribuição
4	Copersucar
5	Eletróbrás
6	Itaipu
7	Light Distribuição
8	CPFL Paulista
9	Copel
10	Chesf
11	Coelba
12	Eletronorte
13	Comgás

Fonte: Revista Exame (2012).

As variáveis que foram analisadas no estudo das Notas Explicativas e nos Relatórios da Administração obedeceram ao roteiro desenvolvido e tem por objetivo possibilitar a atribuição de conceitos às empresas que evidenciam as informações socioambientais, adequadas à Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T15. Para a referida classificação, foram definidos os critérios, em função do nível de evidenciação apresentado no estudo de Faria e Pereira (2009):

Critério 1: Apareceram gastos de restabelecimento de áreas degradadas nas informações divulgadas?

Critério 2: Foram efetuados gastos com preservação e melhoria do meio-ambiente?

Critério 3: Foram efetuadas provisões de danos que poderão ocorrer?

Critério 4: São informados com dados quantitativos os resíduos químicos?

Critério 5: Existem investimentos e gastos com educação ambiental para comunidade interna?

Critério 6: Existem investimentos e gastos com educação ambiental para comunidade externa?

Critério 7: Existe divulgação sobre Passivos e Contingências ambientais?

Critério 8: Existe divulgação de gastos e investimentos com processos administrativos, judiciais e ambientais movidos contra a entidade?

Critério 9: Valor das multas aplicadas contra a entidade?

Critério 10: As informações são comparativas com anos anteriores?

Critério 11: As informações citam metas futuras na área ambiental?

A Tabela 3 demonstra os níveis de classificação adotados para o estudo que consubstanciaram a análise do nível de Evidenciação Ambiental nas empresas estudadas. Dessa forma, para a empresa que atender entre 1 a 25% dos quesitos da NBC T 15 para esta organização seria atribuído conceito RUIM; entre 26 e 50% dos quesitos conceito REGULAR; atendendo entre 51 e 75% das exigências, conceito BOM; e entre 76 e 100% conceito ÓTIMO.

Tabela 3 – Nível de Evidenciação das empresas analisadas.

Respostas Identificadas	Nível de Evidenciação
1% até 25%	Ruim
26% até 50%	Regular
51% até 75%	Bom
76% até 100%	Ótimo

Fonte: Adaptado de Faria e Pereira (2009).

Assim, adotou-se a técnica de análise de conteúdo através de uma análise documental (Nota Explicativa e Relatório de Administração), para verificar o nível de evidenciação das informações ambientais das empresas do setor elétrico.

Foram selecionados para esta pesquisa os seguintes termos: 1) Ambiental(is); 2) Desenvolvimento; 3) Meio ambiente; 4) Responsabilidade; 5) Sustentabilidade; 6) Evidenciação ou Evidencia. Caso algum destes termos estivesse presente nas palavras-chave do artigo, o mesmo seria selecionado para fazer parte da análise. Para dar suporte a análise de conteúdo foi utilizado o *software* "check list Word".

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente foram analisados os relatórios (notas explicativas e relatórios da administração). Nesta etapa foram identificados 810 vezes a termos utilizados (ambiental ou ambientais; desenvolvimento; meio-ambiente; responsabilidade; sustentabilidade; e evidencia ou evidenciação). Foi possível observar a empresa que apresenta o maior número de termos foi a Copel com 198 relatos, enquanto que, a empresa Eletrobrás evidenciou apenas 10 vezes os termos analisados.

No que se refere aos termos pesquisados pode-se afirmar que, a maior frequência foi do termo meio-ambiente com 44,07% das citações, seguido do termo desenvolvimento com 28,27% das citações. Por outro lado, o termo de menor frequência foi o termo Evidencia ou Evidenciação, este sem muita ênfase nos relatórios estudados das empresas, tanto que não apareceram citações dos mesmos nos relatórios investigados da Petrobrás e da CPFL Paulista.

Tabela 4 – Frequência de evidenciação dos termos pesquisados na Análise de Conteúdo.

Empresas	Ambiental ou Ambientais	Desenvolvimento	Meio-ambiente	Reponsabilidade	Sutentabilidade	Evidencia ou Evidenciação	Total
Petrobrás	21	55	60	8	4	0	148
AES Eletropaulo	20	36	56	12	11	2	137
Cemig	8	24	48	9	9	2	100
Eletrobrás	0	0	9	0	0	1	10
Ligth	1	23	22	8	1	1	56
CPFL Paulista	9	14	25	9	1	0	58
Copel	25	44	91	13	22	3	198
Coelba	12	33	41	11	3	3	103
Total de Citações	96	229	352	70	51	12	810
% de Citações	11,85%	28,27%	44,07%	8,64%	6,30%	0,87%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Fazendo uma paralelo entre a Tabela 4 e o Quadro 2, pode-se verificar que a empresa Copel apresentou um nível de evidenciação Regular com relação às exigências da NBC T15, assim como na análise qualitativa teve um maior nível de evidenciação dos termos estudados, demonstrando que dentre as empresas estudadas, essa organização foi a que mais evidenciou informações ambientais. Em contra partida as empresas Eletrobrás e Ligth Distribuição apresentam um nível de evidenciação Ruim em relação às exigências da NBC T15, ou melhor, não apresentaram em seus relatórios nenhum investimento na área ambiental. Na análise quantitativa fica identificado um menor índice de evidenciação com relação aos termos estudados.

Os resultados encontrados e expostos no Quadro 2 sinalizam a falta de preocupação por parte das empresas do Setor Elétrico Brasileiro, em relação à divulgação ambiental. Infere-se que as variáveis mencionadas nos procedimentos metodológicos (1 a 11) foram pouco identificadas nas notas explicativas e relatórios da administração analisados. Importante enfatizar que na Petrobrás foram identificados no Relatório da Administração gastos com a preservação e melhoria do meio ambiente, já nas Notas explicativas foram feitas provisões de danos que poderão acontecer decorrentes da atividade dessa empresa, assim como foram evidenciados os gastos com processos ambientais sofridos pela empresa, tais como as multas ambientais contra a própria organização.

Quadro 2 – Análise das variáveis nas Notas Explicativas (NEs) e Relatórios da Administração (RA).

Empresas	Critérios Analisados										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. Petrobrás	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
2. AES Eletropaulo	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
3. Cemig Distribuição	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
4. Furnas da Eletrobrás	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
5. Light Distribuição	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
6. CPFL Paulista	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
7. Copel	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
8. Coelba	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Na empresa AES Eletropaulo foi identificado nas Notas Explicativas às seguintes variáveis: gastos com restabelecimento das áreas degradadas, gastos com a preservação do meio ambiente, despesas com processos ambientais. Já no Relatório da Administração foram evidenciados os investimentos e gastos com a educação ambiental para a comunidade interna, ou seja, para seus funcionários. Na Cemig Distribuição foram identificadas nas Notas Explicativas provisões de danos que poderão ocorrer no meio ambiente, através da atividade empresarial. No Relatório da Administração existe divulgação de gastos com preservação e melhoria do meio ambiente. Também estão presentes dados quantitativos os resíduos químicos, assim como os gastos com restabelecimento de áreas degradadas.

A empresa CPFL Paulista evidenciou apenas os gastos com a preservação e melhoria do meio ambiente no Relatório da Administração. Já a Copel evidenciou em Notas Explicativas as provisões de danos que poderão ocorrer no meio ambiente, por consequência de sua atividade. Já no Relatório da Administração a mesma apresentou seus gastos com a preservação e melhoria do meio ambiente, bem como dados quantitativos os resíduos químicos gerados e gastos com a educação ambiental para seus colaboradores.

A Coelba evidenciou seus investimentos com a educação ambiental de seus colaboradores nas Notas Explicativas, assim como mostrou os gastos com a preservação e melhoria do meio ambiente, evidenciados tanto nas Notas Explicativas quanto no Relatório da Administração. As empresas Furnas da Eletrobrás e Light SESA não apresentaram nenhuma evidência de gastos, nem investimentos ambientais dentro dos relatórios estudados. A variável mais latente foi àquela relacionada ao critério 2, demonstrando que as empresas pesquisadas estão divulgando mais informações relacionadas à preservação e recuperação do meio ambiente, visto que, do total de oito empresas seis evidenciaram este tipo de investimento.

Observa-se, também no Quadro 2, que algumas variáveis critérios 6, 7, 10 e 11 não foram evidenciados em nenhuma das empresas estudadas. Ou seja, não há evidência de gastos e investimentos com educação ambiental para a comunidade externa à empresa, passivos e contingências ambientais, informações comparativas com anos anteriores e informações sobre metas futuras na área ambiental.

No geral, as oito empresas analisadas (Tabela 5) apresentaram, na média, um nível de evidência entre Regular e Ruim, ou seja, metade das empresas apresentaram um nível de evidência Ruim e a outra metade Regular, de acordo a Tabela 5. As empresas Petrobrás, Eletropaulo, Cemig Distribuição e Copel foram às empresas que apresentaram o maior nível de evidência: 36,36%, considerado Regular. As empresas Furnas da Eletrobrás e Light Distribuição foram as que apresentaram o pior nível de evidência: 0%, considerado Ruim, ou seja, estas duas últimas não evidenciaram no Relatório da Administração, nem nas Notas Explicativas nenhum tipo de informação ambiental. Este resultado mostra que as empresas analisadas ainda não estão preocupadas em

evidenciar suas externalidades ecológicas, ou seja, o nível de evidenciação destas empresas ainda é muito pequeno.

Tabela 5 – Análise do Nível de Evidenciação das empresas.

EMPRESAS	Informações Ambientais	Nível de Evidenciação
Petrobrás	36,36%	REGULAR
AES Eletropaulo	36,36%	REGULAR
Cemig Distribuição	36,36%	REGULAR
Eletrobrás	0,00%	RUIM
Light Distribuição	0,00%	RUIM
CPFL Paulista	9,09%	RUIM
Copel	36,36%	REGULAR
Coelba	18,18%	RUIM

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Por meio de uma associação da análise qualitativa e quantitativa percebe-se um alinhamento das companhias Petrobrás, Eletropaulo, Cemig e Copel no que diz respeito ao *check list* (Quadro 2) e a contagem de palavras, pois todas apresentaram 4 itens de divulgação como também os maiores números de palavras citadas nos documentos analisados (Tabela 4).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria de divulgação pode ser delineada pela divulgação voluntária ou obrigatória. Na teoria de divulgação voluntária as informações do desempenho ambiental são mais realizadas pelas grandes companhias, enquanto que, empresas com desempenho ambiental inferior evitam esta exposição negativa. Assim, estrategicamente, apresentar narrativas textuais representa importante uso da linguagem para a divulgação de informações para os *stakeholders*. Neste contexto o objetivo deste estudo foi identificar o nível de evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis de empresas do setor de energia elétrica no Brasil no ano de 2012. A coleta de dados foi realizada por meio de identificação das variáveis de divulgação ambiental (NBC T 15) como também, a contagem de palavras utilizando o *software check list word* aplicadas nas notas explicativas e relatório de administração.

Os resultados encontrados nos achados do estudo permite inferir e reconhecer que as empresas desse segmento divulgam de maneira tímida suas externalidades ecológicas. Importante destacar que, tanto na análise qualitativa como quantitativa as companhias Petrobrás, Eletropaulo, Cemig e Copel apresentaram mais informações dos itens de divulgação ambiental, do que as demais, confirmando assim a teoria da divulgação voluntária. Acredita-se que as empresas analisadas apresentem nível de evidenciação entre regular e ruim pelo fato da norma brasileira de contabilidade – NBC T 15 não ser obrigatória, tornando facultativas as informações descritas nesta norma indo de encontro aos resultados encontrados por Rover *et al.* (2008) e ainda condizentes com a Teoria do *Disclosure* Voluntário (VERRECCHIA, 2001; DYE, 2001), uma vez que as empresas divulgaram poucas informações negativas ou positivas a seu respeito.

Como na realidade brasileira ainda não existe norma contábil que obrigue as organizações a divulgarem esse tipo de informação, surgem problemas relacionados à credibilidade e utilidade dessas informações. Ribeiro e Bellen (2010) comprovaram que nos países onde a regulamentação obriga o *disclosure* ambiental o nível de divulgação ambiental foi consideravelmente maior do que nos países que não têm essa obrigação. Resultado semelhante foi identificado no estudo realizado por Bazani e Leal (2013) onde foram analisadas as empresas de três segmentos (8 grandes companhias de capital aberto) que exercem atividades potencialmente poluidoras. Os resultados encontrados identificaram que, as companhias não possuem um alto grau de evidenciação das informações contábeis de caráter ambiental, alinhando-se assim com os resultados desta pesquisa.

Diante desse panorama, aponta-se a necessidade de obrigatoriedade na divulgação dessas informações. Afinal o cenário identificado no estudo sinaliza um nível de evidenciação ambiental entre Regular e Ruim, o que ainda é pouco diante da necessidade da sociedade de obter estas informações e da contribuição que estas organizações devem proporcionar para a busca de um suposto desenvolvimento empresarial que possa alinhar o econômico, social e ambiental e não apenas aspectos de uma vertente mecanicista.

Importante destacar que, as Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas do CFC são de cumprimento obrigatório pelos profissionais de contabilidade, inclusive dos auditores. Entretanto, dada à regulação específica, a CVM é o grande direcionador do *enforcement* das normas do CFC. Observa-se que em 1987 a CVM de forma tímida em seu Parecer de Orientação Técnica 15 já fazia menção a divulgação de informações sobre proteção ambiental. Nesse sentido, o problema recai no *enforcement* já que as normas existem. A justificativa é simples: não havendo incentivos econômicos para tanto, as empresas divulgarão apenas o obrigatório.

Como limitação do estudo, apresenta-se o fato de ter investigado apenas as Notas Explicativas e Relatórios da Administração das empresas, bem como a análise de apenas um segmento específico de um exercício financeiro. Sugere-se para próximas pesquisas ampliar esse leque de empresas e com outros tipos de relatórios presentes nas demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

AL-TUWAIJRI, S. A.; CHRISTENSEN, E.; HUGHES, K. E. The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: a simultaneous equations approach. *Accounting, Organizations & Society*, v. 29, p. 447–471, 2004.

ANAIS DO CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/anais-congressos-anteriores.asp>. Acesso em: 01 jun. 2013.

ANAIS DO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANPCONT 2008 - 2012. CD-ROM.

ANAIS DO CONGRESSO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD 2008 -2013. CD-ROM

BASANI, C. L.; LEAL, E.A. Nível de evidenciação das informações contábeis ambientais e o grau de aderência aos indicadores gri: um estudo comparativo com empresas de três segmentos. In: CONGRESSO USP, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 10., São Paulo, 2013. *Anais...*, São Paulo, 2013.

CHAN-FISHEL, M. *Survey of climate change disclosure in SEC filings of automobile, insurance, oil & gas, petrochemical, and utilities companies*. Friends of the Earth – US, September, 2002.

CHO, C. H.; ROBERTS, R. W.; PATTEN, D. M. The language of US corporate environmental disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, v. 35, p. 431–443, 2010.

CLARKSON, P. M.; LI, Y.; RICHARDSON, G. D.; VASVARI, F. P. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, v. 33, p. 303–327, 2008.

DAWKINS, C. R. FRAAS, J. W. Erratum to: Beyond Acclamations and Excuses: Environmental Performance, Voluntary Environmental Disclosure and the Role of Visibility. *Journal of Business Ethics*, v.99, p.383-397, 2011.

DONAIRE, D. *Gestão Ambiental na Empresa*. 2.ed. 10 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

DYE, Ronald. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, p. 181-235, 2001.

EUGÊNIO, T. Avanços na Divulgação de Informação Social e Ambiental pelas Empresas e a Teoria da Legitimidade. *Revista Universo Contábil*, v. 6, n. 1, p. 102-118, jan./mar., 2010.

FARIAS, K. T. R.; FARIAS, M. R. S. Influência do Desempenho Ambiental na Estratégia de Divulgação Ambiental das Empresas Abertas Brasileiras. In: ENCONTRO DA ANPAD, 33., São Paulo, 2009. *Anais...* São Paulo, 2009.

FREEDMAN, M.; WASLEY, C. The association between environmental performance and environmental disclosure in annual reports and 10-Ks. *Advances in Public Interest Accounting*, v. 3, p. 183-193, 1990.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. *Accounting for the environmental*. 2nd ed. London: Sage, 2001.

INGRAM, R.; FRAZIER, K. Environmental performance and corporate disclosure. *Journal of Accounting Research*, v. 18, p. 612-622, 1980.

LI, Y.; RICHARDSON, G.; THORNTON, D. Corporate disclosure of environmental liability information: Theory and evidence. *Contemporary Accounting Research*, v. 14 n. 3, p. 435-474, 1997.

MORISUE, H. M. N.; RIBEIRO, M. de S.; PENTEADO, I. A de M. A Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 23, n. 1, p. 163 -194, jan./mar. 2012.

REVISTA EXAME. *As 100 Maiores empresas do Brasil em 2012*. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1030>. Acesso em: 22 nov. 2012.

RIBEIRO, A. M.; BELLEN, H. M. V. Evidenciação Ambiental: Uma Comparação do Nível de Evidenciação Entre os Relatórios das Empresas Brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 4, n. 9, p. 57-78, maio/ago. 2010.

RICHARDSON, Jarry Richardson. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *R. Adm.*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 217-230, abr./maio/jun. 2012.

ROVER, S.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis: Um Estudo Exploratório Sobre O Disclosure das Empresas Brasileiras pertencentes a Setores de Alto Impacto Ambiental. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 3, n. 2, p. 53 - 72 mai./ago., 2008.

SILVA, A. C. R. *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas 2006.

SOARES, D. R. de S.; GARCIA, E. A. da R. Investimentos Socioambientais como uma Distribuição do Valor Adicionado. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 13., São Paulo, 2013. *Anais...* São Paulo, 2013.

SYDSERFF, R.; WEETMAN, P. Developments in content analysis: A transitivity index and DICTION scores. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 15, n. 4, p. 523–545, 2002.

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, p. 97-180, 2001.

VILLIERS, C.; STADEN, C. Can less environmental disclosure have a legitimizing effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organization and Society*, v. 31, p. 763-781, 2006.

XU, X. D.; ZENG, S. X.; TAM, C. M. Stock Market's Reaction to Disclosure of Environmental Violations: Evidence from China. *Journal Business Ethics*, v. 107, p. 227–237, 2012.

ZENG, S. X.; XU, X. D.; YIN, H. T.; TAM, C. M. Factors that Drive Chinese Listed Companies in Voluntary. *Journal Business Ethics*, v. 109, p. 309-321, 2012.

Apêndice – Artigos Publicados Nos Eventos Pesquisados

Ano	Título dos Artigos / Autores
2008	A Gestão Ambiental e os Benefícios Econômicos na Agroindústria Sucroalcooleira: Um Estudo de Caso da Usina Coruripe Matriz. (José Rodolfo Tenório Lima, Neila Conceição Viana da Cunha e Thaisa Kelly da Silva Lira).
2008	Mapeamento da Pesquisa Sobre <i>Disclosure</i> Ambiental no Cenário Internacional: Uma Revisão dos Artigos publicados em Periódicos de língua Inglesa no Período de 1997-2007. (Fernando Dal-Ri Murcia, Ariovaldo dos Santos, Bruno Meirelles Salotti e Artur Roberto do Nascimento).
2008	Evidenciação Ambiental: Uma Comparação do Nível de Evidenciação Entre os Relatórios das Empresas Brasileiras. (Alex Mussoi Ribeiro, Hans Michael Van Bellen).
2008	Divulgação de Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis: Um Estudo Exploratório sobre o <i>Disclosure</i> das Empresas Brasileiras Pertencentes a Setores de Alto Impacto Ambiental. (Suliani Rover, Fernando Dal-Ri Murcia e José Alonso Borba).
2009	A Relevância da Informação Contábil Ambiental para a Tomada de Decisão de Investimento: Um Estudo Experimental. (Jorge Luiz Alves e José Alonso Borba).
2009	Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras. (Josué Pires Braga, José Renato Sena Oliveira e Bruno Meirelles Salotti).
2009	Análise Comparativa da Evidenciação Socioambiental de Multinacionais em Países Latino-Americanos. (Laura Calixto).
2009	<i>Disclosure</i> de Informações Socioambientais pelas maiores empresas do segmento químico e petroquímico no Brasil, a partir da NBC T -15. 2009. (Ana Cristina de Faria e Raquel da Silva Pereira).
2009	Influência do Desempenho Ambiental na Estratégia de Divulgação Ambiental das Empresas Abertas Brasileiras. (Kelly Teixeira Rodrigues Farias e Manoel Raimundo Santana Farias).
2009	Níveis de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras A+ do <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI) no Ano de 2007. (Geraldo Alemandro Leite Filho, Lorene Alexandre Prates e Thiago Neiva Guimarães).
2009	Evidenciação Ambiental: Estudo Descritivo em Empresas do Setor de Construção Civil. (Roberto R. Martins Ribeiro).
2010	Relação entre o nível de divulgação ambiental e o desempenho ambiental das empresas componentes do índice BOVESPA. (Michael Dias Corrêa, Tatiane Antonovz, Luiz Panhoca e Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo).
2010	Legitimação na Evidenciação de Informações Sócio-Ambientais nas Empresas de Telecomunicações Listadas na Bovespa. (Aline Fernandes de Oliveira Czesnat).
2010	Evidenciação Ambiental: Uma Análise da Evolução dos Investimentos e o Reflexo no que é Divulgado. (Matheus de Mendonça Marques, Eric Adrian Mattos Barreto Júnior, Fátima de Souza Freire e Ednei Moraes Pereira).
2010	Regulamentar Faz Diferença? O Caso da Evidenciação Ambiental. (Alex Mussoi Ribeiro e Hans Michael Van Bellen).
2010	Influência do <i>Disclosure</i> Voluntário Econômico e Sócio-Ambiental no Custo de Capital Próprio de Empresas Brasileiras. (Suliani Rover, Fernando Dal-Ri Murcia e José Alonso Borba).
2011	Fatores Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental no Setor de Energia Elétrica no Brasil. (Célia Braga, Márcia Suely Alves Sampaio, Ariovaldo dos Santos e Patrícia Pereira da Silva).
2011	A Relevância da Regulação para o Nível de Divulgação Ambiental no Setor de Energia Elétrica Brasileiro. (Célia Braga, Márcia Suely Alves Sampaio, Ariovaldo dos Santos e Patrícia Pereira da Silva).
2011	A Influência do Controle Acionário no Nível de <i>Disclosure</i> Ambiental no Setor de Energia Elétrica no Brasil. (Célia Braga, Ariovaldo dos Santos, Patrícia Pereira da Silva e Rosângela Venâncio Nunes).
2011	Evidenciação sócio-ambiental: um reflexo da evolução histórica da Contabilidade e dos conceitos de homem, organização e meio ambiente. (Patrícia Krauss Serrano Paris, Alfredo Sarlo Neto, Ricardo Furieri Bastianello e Talles Vianna Brugni)
2011	Evidenciação Ambiental: Uma Aproximação Sobre as Referências em Revistas Brasileiras. (Fabrícia Silva da Rosa, Bárbara de Lima Voss e Elisete Dahmer Pfitscher).
2011	Gestão da Informação: Um framework sobre evidenciação ambiental. (Fabrícia Silva da Rosa, Sandra Rolim Ensslin e Leonardo Ensslin).
2011	Evidenciação Ambiental: Resíduos Sólidos de Empresas de Papel e Celulose. (Bárbara de Lima Voss, Elisete Dahmer Pfitscher e Bernadete Limongi).
2011	O Desempenho Econômico-Financeiro Impulsiona a Evidenciação de Indicadores de Capital Intelectual de Natureza Social e Ambiental? (Harley Almeida Soares da Silva e Sandra Rolim Ensslin).
2012	Reputação Corporativa e o <i>Disclosure</i> Socioambiental de Empresas Brasileiras. (Vanessa Ingrid da Costa Cardoso, Alessandra Vasconcelos Gallon e Márcia Martins Mendes de Luca).
2012	Fatores que Impactam a Divulgação Voluntária de Informações Socioambiental na Percepção dos Gestores de Empresas Brasileiras de Energia Elétrica. (Nayara Batista Moreira, José Maria Dias Filho, Sônia Maria da Silva Gomes e Mirian Gomes Conceição).

Fonte: Pesquisa bibliométrica (2013).